



# **ORIENTAÇÕES GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO/2025**

**SÃO JOSÉ DA TAPER - 2025**





# ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO PARA O ANO 2025

São José da Tapera – 2025





## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
ORIENTAÇÕES GERAIS.....	5
1. OBJETIVOS DO ENSINO.....	7
2. DOCUMENTOS NORTEADORES.....	7
3. CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	7
4. ATRIBUIÇÃO DA EQUIPE ESCOLAR.....	8
4.1. DIRETOR ESCOLAR.....	8
4.2. COORDENADOR PEDAGÓGICO.....	9
4.3. PROFESSORES.....	10
4.4. CUIDADOR DE CRIANÇAS ESPECIAIS.....	10
4.5. CUIDADOR DE TRASPORTE.....	11
5. DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	12
5.1. ANOS INICIAIS.....	12
5.1.1. PROFESSOR TITULAR DA TURMA.....	12
5.1.2. PROFESSOR DA HORA ATIVIDADE.....	12
5.2. ANOS FINAIS.....	12
5.3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	13
5.3.1. PRIMEIRO SEGMENTO (EJA).....	13
5.3.2. SEGUNDO SEGMENTO (EJA).....	13
6. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.....	14
6.1. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (EJA).....	14
6.2. ORGANIZAÇÃO DO AEE.....	14
6.3. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	15
6.4. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE JOVENS E ADULTOS.....	15
7. O PSICÓLOGO NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	15
8. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO.....	17
8.1. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.....	18
9. PREENCHIMENTO DOS DIÁRIOS DE CLASSE.....	19
10. FORMAÇÃO.....	19
10.1. FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES.....	19
10.2. FORMAÇÃO OFERTADA PELA SEMED.....	20
10.3. FORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ESCOLA.....	21
10.4. FORMAÇÃO CONTINUADA PARA COORDENADORES PEDAGÓGICOS.....	22
11. ORIENTAÇÕES – HTPC E HTPI.....	22
12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	23
13. BUSCA ATIVA.....	24
14. PROGRAMAS E PROJETOS.....	24
14.1. PROGRAMAS.....	24
14.2. PROJETOS.....	25
15. PLANO DE AÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27





## APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal da Educação de São José da Tapera apresenta as Orientações Gerais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas unidades de ensino da rede municipal. O documento visa subsidiar, ampliar e qualificar as ações pedagógicas realizadas pelos professores e pela gestão, bem como fortalecer a comunicação entre a SEMED e as unidades escolares, com vistas ao fortalecimento do processo educativo.

Essas orientações pretendem nortear a organização das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas durante o ano letivo, com o objetivo de fortalecer o trabalho pedagógico visando fortalecer uma aprendizagem mais eficiente voltadas para as possibilidades, interesses e competências socioemocionais, permitindo o protagonismo na construção dos conhecimentos para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Assim, o documento traz informações importantes da rede, tais como: objetivos do ensino, documentos norteadores, componentes curriculares, planejamentos pedagógicos, sistemática de avaliação, organização escolar, programas e projetos escolares, documentos de acompanhamento pedagógico, dentre outros.

O conhecimento, estudo e utilização desses documentos/instrumentos pedagógicos irão possibilitar o desenvolvimento de planos de aula mais dinâmicos e interdisciplinares, que oportunizem aprendizagens mais significativas para os estudantes.





## ORIENTAÇÕES GERAIS

1. A Secretaria Municipal de Educação – SEMED orienta o modelo organizacional nas Unidades de Ensino da Rede Municipal, assegurando um retorno seguro às aulas, respeitando os protocolos sanitários e, principalmente, organizando seu planejamento pedagógico;
2. Deve-se promover nas Escolas o fortalecimento de vínculos necessários para o desenvolvimento do trabalho, sendo de primordial importância que o ambiente escolar seja acolhedor para toda a equipe e para a comunidade escolar;
3. Cumprir a carga horária e os dias letivos previstos na legislação atual e expostos as matrizes curriculares e calendários escolares, para todas as formas de oferta da educação básica;
4. O coordenador pedagógico deverá passar para os professores de acordo com a sua turma as informações sobre os níveis de aprendizagem dos estudantes que estão recebendo, com base nos registros comprobatórios organizados no final do ano e que devem ter por finalidade servir como subsídio, a saber: tabulações e análises de dados de aprendizagem, tais como os resultados das avaliações da fase da escrita e produções textuais dos estudantes, portfólios, avaliações escritas, relatórios individuais, Ficha de Desenvolvimento do Aluno (FDA), Parecer e Ficha Descritiva no Diário de Classe etc.;
5. Realizar Diagnóstico Inicial dos alunos pelo professor;
6. A recomposição curricular deverá possibilitar o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de cada etapa e se necessário rever habilidades de acordo com o seu nível por um tempo determinado;
7. O acompanhamento dos alunos em relação ao avanço da aprendizagem deve ser realizado semanalmente;
8. As Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal deverá organizar o trabalho pedagógico da Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e EJA do I Segmento, a partir de **procedimentos interdisciplinares**, respeitando-se as especificidades das ofertas da rede discutidos nos momentos de Horário do Trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC;
9. As Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal deverá organizar o trabalho pedagógico do Ensino Fundamental anos finais e EJA do II segmento, **por componente curricular e sempre que possível interdisciplinar**, respeitando-se as especificidades das ofertas da rede discutidos nos momentos de Horário do Trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC;
10. As atividades pedagógicas devem ser elaboradas e organizadas no planejamento bimestral do professor, considerando o planejamento da Unidade de Ensino e os resultados das avaliações diagnósticas e de aprendizagem;
11. No planejamento das atividades pedagógicas, as Unidades de Ensino devem organizar seu Plano de Ação com foco na recomposição por tempo determinado (1º semestre) de acordo com os níveis das turmas, como também nas habilidade da aprendizagem dos alunos;
12. O planejamento será realizado de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), RecAL (Referencial Curricular do Estado de Alagoas) e as Habilidades Prioritárias de acordo com orientação disponibilizado pela SEMED;





13. A Equipe Técnica Pedagógica da Semed trabalhará em parceria com o coordenador pedagógico otimizando o desenvolvimento da aprendizagem;
14. Cada técnico acompanhará questões pedagógicas de um grupo de escolas auxiliando o coordenador pedagógico;
15. A Semed realizará formações continuada com os professores e coordenadores pedagógicos de acordo com o ano e componente curricular.

## 1. OBJETIVOS DO ENSINO

De acordo com o art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o ensino fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão mediante:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

## 2. DOCUMENTOS NORTEADORES

É imprescindível que todos os envolvidos no processo de ensino conheçam e façam uso dos documentos que norteiam a educação, de teor normativo e pedagógico, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2010), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), RecAL (Referencial Curricular do Estado de Alagoas) as Habilidades Prioritárias de acordo com orientação disponibilizado pela SEMED e o Projeto Político Pedagógico de cada Unidade Escolar.

No que se refere à inclusão dos estudantes com deficiência, recomenda-se a leitura da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)/ Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A SEMED recomenda, ainda, a leitura dos seguintes documentos: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

Para o atendimento dos estudantes da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), recomenda-se a leitura das propostas curriculares para o 1º segmento (BRASIL, 2001) e para o 2º segmento (BRASIL, 2002). Os documentos supracitados têm o objetivo de orientar o trabalho dos profissionais da educação em relação à proposta curricular, bem como assegurar as competências e as habilidades necessárias aos estudantes, garantindo dessa forma, os direitos de aprendizagem.

Ressalta-se a importância desses profissionais consultarem esses documentos para a realização de seus planejamentos, com o intuito de alinhá-los às orientações pedagógicas curriculares. Nessa perspectiva, os objetivos de cada componente curricular deverão estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares, de forma que os estudantes estejam envolvidos no processo como protagonistas da aquisição de conhecimentos.





### 3. CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

A legislação estipula a carga horária anual dos estudantes matriculados no ensino fundamental, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96:

Art. 24º - A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.<sup>7</sup>

O CNE, mediante a Resolução nº 07/2010, Art. 8º, § 3º, condiciona a carga horária mínima anual de 800h à hora relógio, ou seja, 60 (sessenta) minutos:

Art. 8º - O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

§ 3º - A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular será de 800 (oitocentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Dessa forma, a Legislação virgente determina que seja cumprida a Matriz Curricular. A escola deve cumprir o mínimo de 840 (oitocentas e quarenta) horas anuais, distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos de quatro horas diárias de efetivo trabalho pedagógico, cada tempo pedagógico de 60 (sessenta) minutos, com tempo extra cumprido nos Sábados letivo e/ou contra turno para atender a recomposição de aprendizagem.

### 4. ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE ESCOLAR

#### 4.1. DIRETOR ESCOLAR

- a) Inserir em sua rotina além do acompanhamento sistemático, o pedagógico procedendo de forma articulada com o coordenador;
- b) Conhecer as especificidades do trabalho pedagógico da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, EJA e alunos especiais tais como: os direitos de desenvolvimento, a indissociabilidade entre educação e família, eixos norteadores das práticas pedagógicas, o processo de documentação pedagógica e a legislação vigente;
- c) Assegurar o cumprimento destas Diretrizes Pedagógicas;
- d) Cumprir o Calendário Escolar;
- e) Incentivar e acompanhar a participação dos coordenadores pedagógicos e Articuladores de escola na formação continuada ofertada pela Semed, bem como, dos professores e demais profissionais;
- f) Divulgar programas de apoio e orientação a comunidade escolar, assim como encaminhar os casos de violência contra aos órgãos competentes;
- g) Acompanhar o registro da frequência dos profissionais e manter atualizado sobre carências, atestados médicos, licenças e outros;
- h) Acompanhar a frequência diária, assim como fazer a busca ativa da infrequência dos estudantes;
- i) Realizar o acompanhamento junto ao coordenador pedagógico dos registros realizados nos instrumentos institucionais (Registro de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem, Relatórios e Cadernos de Planejamento);





- j) Acompanhar a alimentação escolar na instituição (cardápio escolar, controle e organização de estoque, preparo dos alimentos, higiene e limpeza).
- k) Acompanhar e zelar pelo prédio escolar, assegurando higiene e limpeza dos ambientes.

#### 4.2. COORDENADOR PEDAGÓGICO

- a) Promover encontros regulares de formação, com os professores para reflexão coletiva sobre as práticas, tendo como base a Proposta Pedagógica da Instituição e as orientações da SEMED;
- b) Participar de formações continuada oferecida pela Semed e Plataformas Educacionais, bem como estimular e acompanhar a participação dos professores;
- c) Conhecer as especificidades do trabalho pedagógico, a indissociabilidade entre educação e família, as interações e a brincadeira como eixos norteadores das práticas pedagógicas, o processo de documentação pedagógica e a legislação vigente;
- d) Assegurar o cumprimento destas Diretrizes Pedagógicas por meio da elaboração de um plano de ação a ser desenvolvido na instituição;
- e) Elaborar estratégias para promover a integração das práticas pedagógicas entre os professores;
- f) Assessorar pedagogicamente os professores na elaboração do planejamento, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais), bem como com a Proposta Pedagógica da instituição e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017);
- g) Implementar e avaliar continuamente, com a comunidade escolar, a proposta pedagógica da instituição, tendo como referência os seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico da Instituição, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), RecAL (Referencial Curricular do Estado de Alagoas) e as Habilidades Prioritárias;
- h) Acompanhar e garantir que os professores realizem os registros nos instrumentos institucionais: Caderno de Registro, Diário de Classe, Registro de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem dos estudantes e Relatórios;
- i) Realizar o acompanhamento sistemático das práticas dos professores, tendo em vista a qualidade do trabalho junto aos estudantes;
- j) Acompanhar os estudantes com deficiência e encaminhá-los ao Atendimento Educacional Especializado buscando alternativas adequadas para a superação de possíveis dificuldades apresentadas por eles em seu desenvolvimento, juntamente com os professores da sala regular e da sala de recurso multifuncional;
- l) Cumprir o Calendário Escolar;
- m) Divulgar programas de apoio e orientação às crianças e suas famílias, assim como encaminhar os casos de violência contra a criança aos órgãos competentes em parceria com o diretor escolar;
- n) Promover a participação democrática das famílias na instituição;
- o) Participar das reuniões promovidas pela SEMED, visando o encaminhamento e à resolução das demandas institucionais;
- p) Realizar busca ativa junto com a equipe gestora dos estudantes com infrequência com apoio da equipe escolar;
- q) Organizar, em parceria com o auxiliar administrativo, a documentação escolar dos estudantes matriculados e transferidos (arquivo permanente);





r) Promover o bem-estar visando a saúde dos estudantes, atendendo suas necessidades físicas e emocionais em colaboração com todos os profissionais da unidade escolar.

#### 4.3. PROFESSORES

- a) Conhecer as especificidades do trabalho pedagógico, tais como: os direitos de aprendizagem, a indissociabilidade entre educação e família, o processo de documentação pedagógica e a legislação vigente;
- b) Realizar bimestralmente o acompanhamento da participação e desempenho dos alunos, por meio de Ficha de Acompanhamento do Aluno (FDA);
- c) Realizar o preenchimento do Diário de Classe, Parecer e Ficha Descritiva;
- d) Elaborar o planejamento semanal/quinzenal no Caderno de Registro do Professor, que deverá ser acompanhado pelo coordenador pedagógico seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, o RecAL (Referencial Curricular do Estado de Alagoas) e as Habilidades Prioritárias de acordo com orientação disponibilizado pela SEMED;
- e) Participar dos Cursos do Programa Tempo de Aprender (professores da Educação Infantil, 1º e 2º ano) e Professor Alfabetizador (1º e 2º ano);
- f) Acompanhar os resultados dos alunos na plataforma do Programa Tempo de Aprender;
- g) Participar de cursos nas plataforma: Escrevendo o Futuro, Avamec, Escolas Conectadas, Nova Escola, Brasil na Escola, entre outros;
- h) Realizar sequências didáticas semanal ou quinzenal de acordo com o grupo etário/ano ou ciclo (Educação Infantil ao 5º ano);
- i) Participar de formações: porthema e mathema (professores de Língua Portuguesa, Matemática e professores do 5º ano) assim como, de outras que venham a surgir;
- j) Desenvolver Projetos Didáticos envolvendo interação e brincadeiras;
- k) Participar dos encontros de formação continuada organizadas pela Semed e Escola, dos estudos, das reuniões pedagógicas, das atividades de planejamento e das avaliações ofertadas pela Rede Municipal de Ensino, conforme a Lei nº 11.738/2008 que institui 1/3 da jornada de trabalho do professor;
- l) Cumprir o Calendário Escolar;
- m) Atender às especificidades do desenvolvimento de cada estudante individualmente;
- n) Promover e participar de ações que fomentem o desenvolvimento de hábitos saudáveis, saúde e o bem-estar dos estudantes, atendendo suas necessidades físicas e emocionais em colaboração com todos os profissionais da unidade escolar;
- o) Executar outras atividades semelhantes e pertinentes à sua função.





#### 4.4. O CUIDADOR (A) E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA

Atendendo a Política Nacional de Educação Especial de 2008, implementada pelo Ministério da Educação, no qual cita nas Diretrizes dessa Política, que cabe aos Sistemas de Ensino, ao organizar a educação especial, disponibilizar da função de cuidador (a) para os alunos público-alvo com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. Para tanto, esse profissional tem um papel fundamental quando se trata de inclusão na educação, pois ele irá auxiliar os alunos, garantindo a eles segurança, bem-estar e melhor adaptação no ambiente escolar. concomitantemente entendemos ser necessário a presença do cuidador(a) que chega para auxiliar o professor da sala regular. A atuação do cuidador(a) se faz necessário para mediação das atividades pedagógica no contexto escolar. Uma vez inseridos no cotidiano das classes regulares, é preciso que exista tal suporte para que ocorra efetivamente e pedagógica na inserção coletivamente dos alunos(as) e quando necessário de forma particular.

##### Atribuições do Cuidador de Criança Especial:

- a) Desenvolver um trabalho em parceria com o professor da sala regular, o professor da hora atividades, profissionais das salas de recursos multifuncionais entre outros;
- b) Assegurar que alunos com limitações de comunicação, de orientação, de compreensão, de mobilidade, de locomoção ou outras limitações de ordem motora, possam realizar as atividades cotidianas e as propostas pelos educadores durante as aulas e nos períodos extraclasse, viabilizando assim sua efetiva participação pedagógica na Unidade Educacional;
- c) Apresentar relatórios do aluno assistido quando solicitado pela equipe pedagógica;
- d) Procurar criar condições de acesso dentro de uma proposta que diminua a distância entre a criança especial e a escola comum;
- e) Ler e escrever pelo aluno caso ele não possua autonomia intelectual ou motora para isso;
- f) Participar de formações e reuniões quando convocados.

#### 4.5. CUIDADOR DE TRANSPORTE

O cuidador de **transporte escolar** é um profissional responsável por garantir a integridade física e moral de crianças e adolescentes no trajeto de ida e volta até a escola.

##### Atribuições do Cuidador de Transporte

- a) Acompanhar alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola;
- b) Acompanhar os alunos desde o embarque, no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios;
- c) Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar;
- d) Orientar e auxiliar os alunos, quando necessário a colocarem o cinto de segurança;
- e) Orientar os alunos quanto ao risco de acidente, evitando colocar partes do corpo para fora da janela;
- f) Zelar pela limpeza do transporte durante e depois do trajeto;





- g) Ajudar os alunos a subir e descer a do transporte;
- h) Verificar a segurança dos alunos no momento do embarque e do desembarque;
- i) Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão retornando para os lares;
- j) Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar;
- k) Ajudar os pais de alunos especiais na locomoção dos alunos;
- l) Tratar os alunos com urbanidade e respeito, comunicar casos de conflito ao responsável pelo transporte de alunos;
- m) Ser pontual e assíduo, ter postura ética e apresentar-se com vestimentas confortáveis e adequadas para o melhor atendimento às necessidades dos alunos.
- n) Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas;
- o) Ter disponibilidade de horário para o trabalho.

11

## 5. DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

A matriz é um documento que tem por objetivo nortear a organização pedagógica da escola, a fim de contribuir com a formação dos estudantes. Ressalta-se que, a partir da organização dos componentes curriculares, os professores deverão planejar as atividades previstas, por componente curricular, interdisciplinar e/ou por área do conhecimento.

### 5.1. ANOS INICIAIS

A distribuição do horário semanal de aulas através dos componentes curriculares é obrigatório na organização didática, visto que tanto o professor titular da turma, quanto o professor da hora atividade, devem ter como objetivo central a educação integral dos estudantes.

Os professores serão responsáveis pelo desenvolvimento curricular, devendo trabalhar de forma integrada em benefício da aprendizagem do estudante, observando em seus planejamentos os documentos de teor normativo e pedagógico vigentes.

Todos os componentes curriculares dos anos iniciais do ensino fundamental deverão estar alinhados e articulados em torno da consolidação das competências socioemocionais e habilidades de leitura, escrita, desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e resolução de problemas, considerados fundamentais ao bom desempenho dos estudantes ao longo da escolaridade.

Os professores dos anos iniciais do ensino fundamental dividem a responsabilidade dos componentes curriculares, distribuídos conforme descrito:

#### 5.1.1. PROFESSOR TITULAR DA TURMA

- a) 1º ao 4º ano - Língua Portuguesa (5h/a), Matemática (4h/a), Ciências (2h/a), Educação Física (2h/a), Arte (2h/a), Ensino Religioso (1h/a), História e Geografia de Alagoas(1h/a);
- b) 5º ano - Língua Portuguesa (5h/a), Matemática (4h/a), Ciências (2h/a), História(2h/a), Geografia (2h/a), Língua Inglesa (1h/a).





### 5.1.2. PROFESSOR DA HORA ATIVIDADE

a) 1º ao 4º Ano: História(2h/a), Geografia (2h/a) e Projeto Integradores.

b) 5º Ano: História(2h/a), Geografia (2h/a) e Língua Inglesa;

**OBS:** A distribuição dos componentes curriculares entre os professores pretende colaborar com a organização didática, facilitando as formações ofertadas pela Semed.

### 5.2. ANOS FINAIS

A matriz curricular dos anos finais contemplam os nove componentes curriculares da Base Nacional Comum, previstos na BNCC (BRASIL, 2018), os quais objetivam o desenvolvimento de competências e habilidades próprias desta etapa escolar e centram em aprendizagens significativas. As aprendizagens já vivenciadas nos anos iniciais deverão ser aprofundadas nos anos finais, em conjunto com a ampliação do repertório dos estudantes, fortalecendo assim sua autonomia, protagonismo e atuação crítica na sociedade.

Os professores de cada componente curricular serão responsáveis pelo desenvolvimento curricular nas turmas, sendo mediadores do conhecimento, contribuindo com a formação integral dos estudantes e observando, em seus planejamentos, os documentos de teor normativo e pedagógicos vigentes.

De acordo com a especificidade de cada área do conhecimento, a interdisciplinaridade deve ser estimulada, de maneira que os professores dos diferentes componentes curriculares trabalhem de forma integrada com vistas à aprendizagem dos estudantes.

### 5.3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A matriz curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está organizado por componentes curriculares (disciplinas).

Vislumbrando contemplar uma proposta de formação integral do estudante, o currículo da EJA deverá incluir no primeiro e segundo segmento, os temas integradores, que deverão ser abordados de forma transversal. Pensar e trabalhar nessa perspectiva corrobora para uma aprendizagem contextualizada e significativa, posto que os estudantes da EJA geralmente precisam de elementos motivadores para darem continuidade aos estudos e realizarem seus objetivos.

A modalidade de ensino aqui apresentada baseia-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000), que orientam que os cursos da EJA devem pautar-se pela flexibilidade curricular, tanto em relação ao tempo, quanto aos espaços escolares, visando romper a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e os adultos.





### 5.3.1 PRIMEIRO SEGMENTO (EJA I)

A EJA I terá como foco o processo de alfabetização e contemplará principalmente o domínio da leitura, da escrita, além de iniciar o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e resolução de problemas, em articulação com os demais componentes curriculares.

### 5.3.2. SEGUNDO SEGMENTO (EJA II)

O componentes curriculares serão ministrados por professores de áreas específicas do conhecimento e deverão estar organizados da seguinte forma:

- a) Linguagens e Códigos e suas Tecnologias (LCT): Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física;
- b) Ciências Humanas: História e Geografia;
- c) Ciências da Natureza: Ciências;
- d) Matemática;
- e) Ensino Religioso.

13

## 6. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A SEMED estabelece orientações para a organização do trabalho realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), conforme as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Nº 13.146/2015- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). A política e a lei tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns. Dentre outras ações, endossam o serviço do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando oferecer respostas às necessidades educacionais dos estudantes.

### 6.1. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O AEE tem por finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008).

O serviço perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e as atividades desenvolvidas no AEE se diferenciam das realizadas na sala de aula comum, não se caracterizam como aulas de reforço ou apoio temporário e não são substitutivas à escolarização.

O atendimento é compreendido como complementar à formação dos estudantes com deficiência e TEA e suplementar à formação de estudantes com altas habilidades/superdotação. O atendimento deve ser realizado, prioritariamente, na sala de recurso multifuncional (SRM) da própria escola ou em outra unidade nas adjacências, previamente designada e que conta com a oferta do serviço, sendo esse atendimento realizado no contraturno da escolarização quando possível.





## 6.2. ORGANIZAÇÃO DO AEE

O professor do AEE organizará as ações pedagógicas junto aos estudantes, de forma individual e/ou em pequenos grupos, no horário de aula ou quando possível no contraturno. O trabalho desenvolvido levará em consideração as especificidades de cada estudante com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/ superdotação, tendo como finalidade a superação das barreiras linguísticas, cognitivas, conceituais, físicas, visuais, dentre outras, observando quais recursos, linguagens e atividades serão mais adequadas para cada especificidade.

Os estudantes com deficiência poderão ser atendidos nos diferentes espaços escolares, inclusive na sala de aula do ensino comum, de modo a contribuir para sua inclusão. Nesse sentido, o atendimento deverá auxiliar no desenvolvimento efetivo de suas habilidades, visando sua participação nas atividades e na rotina diária. O AEE orienta-se pelo estudo de caso que compreende etapas, a saber: apresentação do caso, esclarecimento da necessidade da especialidade educacional, identificação e natureza da deficiência e elaboração do Plano de AEE.

## 6.3. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO FUNDAMENTAL

14

Para os estudantes do ensino fundamental, as atividades de atendimento educacional especializado devem contemplar as necessidades pedagógicas do ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado entre os professores da sala comum e o coordenador pedagógico, por meio da organização de situações de aprendizagem previstas no Plano de AEE do estudante. De acordo com a necessidade educacional de cada estudante, haverá uma diversidade de recursos pedagógicos e modalidades de atendimento.

- O atendimento educacional especializado dos estudantes com surdez é organizado em momentos pedagógicos.
- No atendimento para os estudantes com deficiência visual, deve ser ofertado o Sistema Braille, soroban, orientação e mobilidade, atividade funcional da visão e atividade de vida autônoma.
- Estudantes com deficiência física são disponibilizados os recursos da comunicação alternativa e aumentativa, tecnologia assistiva e recursos de acessibilidade.
- Para os estudantes com deficiência intelectual, é ofertado o AEE com o objetivo de desenvolver os processos mentais superiores e as atividades de vida autônoma. O AEE também oferece programas de enriquecimento curricular para os estudantes com altas habilidades/superdotação.

## 6.4. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O AEE na EJA deve acontecer de forma articulada com os demais professores da EJA e o coordenador pedagógico, quando necessário, em interface com as demais políticas setoriais. Prevê a organização dos serviços e recursos pedagógicos de acessibilidade, a identificação das especificidades educacionais de cada estudante e a efetivação da acessibilidade ao currículo, promovendo assim um ensino que possibilite a participação plena de todos os estudantes.





## 7. O PSICÓLOGO NO CONTEXTO EDUCACIONAL E ESCOLAR E SUAS ARTICULAÇÕES COM A SAÚDE MENTAL

A lei 13.935 que obriga o Psicólogo no contexto educacional representa o reconhecimento estatal deste profissional que já vinha contribuindo no cotidiano das equipes técnicas e multiprofissionais de instituições educacionais, especialmente, no nosso caso, junto a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

É preciso esclarecer que o Profissional de Psicologia na Educação não se reduz a nomenclatura Psicólogo Escolar. Assim, esclarece-se que abrange todas as instituições do campo da educação. Nesse caso, cita que este Profissional é vinculado as Secretarias Municipais de Educação. Este é o Psicólogo Educacional conforme atribuições profissionais do Psicólogo no Brasil clarificadas pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP.

Em relação às instituições que trabalham em articulação com e pela Psicologia Educacional e Escolar podemos citar o Conselho Federal de Psicologia - CFP, Conselho Regional de Psicologia - CRP-15, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação UNDIME. As posições, decisões e movimentações dessas entidades são públicas, notórias e fortalecem as relações entre a Psicologia e as ciências da Educação.

Por isso é importante esclarecer um pouco do trabalho do Psicólogo no contexto educacional e suas conexões ou articulações com as questões da aprendizagem, socioemocional e saúde mental. Nesse sentido, seguem abaixo algumas atribuições e práticas nessa construção desde 2019.

- a) Colaborar com educadores e equipes técnicas e multiprofissionais através de conhecimentos de Psicologia que lhe sejam úteis de forma crítica e reflexiva sobre diversos temas educativos e educacionais;
- b) Desenvolver trabalhos em equipe que objetiva a superação de entraves. Portanto, é um catalisador de reflexões;
- c) Planejar e executar e/ou participar de pesquisas relacionadas a compreensão do processo ensino-aprendizagem e conhecimento de características psicossociais;
- d) Participar do trabalho de equipes de planejamento pedagógico, currículo, políticas educacionais e projeto político pedagógico;
- e) Perceber as dificuldades dos alunos dentro do contexto educacional e encaminhar aos serviços da rede.

Ainda sobre as atribuições o Profissional de Psicologia inserido no contexto educacional tem se realizado palestras, promoção de debates relacionando a Psicologia e a Pedagogia com questões de afeto psicoemocional e suas relações com a aprendizagem, trabalho em grupo, formações, atendimentos e encaminhamentos para os serviços de Saúde e Assistência Social.

Para finalizar, é preciso destacar que desde 2018 o Profissional de Psicologia trabalha por meios tecnológicos da informação de acordo com a resolução nº 11, de maio do referido ano desde que o Psicólogo esteja cadastrado para esse tipo de serviço.

A oferta de um serviço necessário por causa da fragilidade emocional de alunos e professores aprofundada pela pandemia. Artigos científicos e discussões acadêmicas apontam nessa direção.





Tudo isso em contexto com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC que preza pelas Competências e Habilidades Socioemocionais.

## 8. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O tempo do planejamento pedagógico é um momento destinado às diversas ações inerentes à prática do professor, por isso, faz-se necessária a dedicação total a esse tão importante momento que norteia as ações didáticas imprescindíveis para o processo de ensino e de aprendizagem. Dentre as diversas atividades que o professor realiza durante o tempo sem interação com o estudante, ressalta-se o planejamento de aula que deve ser ao mesmo tempo bem estruturado e flexível, para que possa atender às especificidades de cada turma e de cada estudante.

Um planejamento bem elaborado dará segurança aos professores para que oportunizem situações reais de construção do conhecimento de seus estudantes. A referida prática faz parte de um procedimento em constante construção, na preparação, no desenvolvimento e no acompanhamento do processo de realização de cada aula.

São elementos essenciais para o planejamento: a regularidade de sua ocorrência, a dedicação do tempo disponível para essa finalidade e, principalmente, a mediação do coordenador pedagógico que organiza e enriquece as trocas entre os professores que atuam com turmas da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos e do Atendimento Educacional Especializado, favorecendo, assim, a utilização de variados materiais para subsidiar o processo de planejamento.

**a) Elaboração do planejamento** - A SEMED orienta que os professores priorizem em seus planejamentos o desenvolvimento de metodologias ativas e ludopedagógicas alinhadas ao processo de aprendizagem, com base nos pressupostos da BNCC.

**b) Registro das observações acerca do desenvolvimento global e, em especial, da aprendizagem dos estudantes** - Aspectos importantes deverão ser observados, analisados e registrados, com data, de forma que demonstrem a ação pedagógica desenvolvida em um determinado período letivo. Os registros individuais de cada estudante deverão ser realizados, sistematicamente, pelo professor, nos instrumentos destinados a essa finalidade. Tais registros serão produzidos através das observações das ações, das reações e das reflexões de cada estudante, a partir das atividades propostas e intervenções em sala de aula.

Os referidos apontamentos serão utilizados, posteriormente, pelo professor, no momento de elaboração dos relatórios individuais e preenchimento das fichas de avaliação, considerando os seguintes aspectos:

- Socioemocional e afetivo - adaptação às rotinas escolares; respeito às regras de convivência da escola; participação; relacionamento interpessoal; autonomia e criatividade na realização das atividades propostas; cooperação; respeito; solidariedade; curiosidade em relação à aquisição de novos conhecimentos e aprendizagens, dentre outros.
- Relacionados às áreas de conhecimento - os avanços e as dificuldades que o estudante apresenta em cada etapa em relação aos objetos de conhecimento, conceitos, competências e habilidades trabalhadas, destacando os aspectos mais relevantes do currículo, considerando os direitos de aprendizagem referente ao ano de escolarização.





**c) Elaboração de relatórios**- Os registros individuais de cada estudante serão consolidados em relatório descritivo, evidenciando os momentos de aprendizagem.

Os relatórios serão registrados no Diário de Classe e socializados com as famílias e os estudantes. Alguns aspectos importantes deverão ser observados, analisados e registrados evidenciando a ação pedagógica desenvolvida em um determinado período letivo.

**d) Preenchimento de Diários de Classe** - O professor deverá mantê-lo em ordem e atualizado, registrando diariamente a frequência e as informações sobre o trabalho realizado com os estudantes.

**e) Aprofundamento de estudo** - Os estudos iniciados nas formações serão aprofundados por meio de leituras, pesquisa, elaboração de materiais complementares e discussões de temas relevantes para a prática pedagógica.

**f) Participação nas formações** – É considerando a importância da formação continuada para a efetivação de uma prática pedagógica qualificada, os professores da rede municipal deverão participar de todas as formações ofertadas. A carga horária destinada a essa atividade será contabilizada para efeito de certificação.

## 8.1 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

**a) Plano de curso** - instrumento que auxiliará o professor na organização da sua prática pedagógica. Nele serão registradas as habilidades e os objetos de conhecimento ao longo de cada bimestre. A partir do plano de curso, o coordenador pedagógico acompanhará, semanalmente, a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem.

**b) Plano Pedagógico** Instrumento que auxiliará o professor na otimização do tempo pedagógico, deverá estar alinhado ao plano de curso e conter as competências, as habilidades, os objetos de conhecimento, o objetivo da aula, a metodologia, as atividades flexibilizadas, os recursos necessários para cada aula, bem como os tipos de avaliações e as demais observações relevantes, tudo isso, visando o direito de aprendizagem de todos os estudantes.

O planejamento deverá ser realizado em parceria com o coordenador pedagógico, de modo a permitir que este possa acompanhar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, é imprescindível que o Caderno de Planejamento Pedagógico esteja acessível e atualizado para que a rotina pedagógica aconteça com transparência e sem imprevistos.

18

## 9. PREENCHIMENTO DOS DIÁRIOS DE CLASSE

O Diário de Classe é o documento oficial de registro das unidades escolares que auxilia o professor a sistematizar a frequência, os objetos de conhecimento e os instrumentos de registro de desempenho utilizados para o acompanhamento pedagógico dos estudantes nas turmas/componentes curriculares.

É do professor a responsabilidade pelo preenchimento desse documento, bem como pela veracidade dos registros efetuados. A frequência e as informações sobre o trabalho realizado devem ser registrados diariamente, já os demais registros e atualizações deverão ocorrer sem interação com os estudantes.

O professor deverá mantê-lo em ordem e atualizado. Ao final de cada mês, deve estar devidamente preenchidos os campos referentes aos seguintes itens:





- Frequência diária dos estudantes;
- Somatório mensal da frequência dos estudantes;
- Registro da data e da atividade/ objetos de conhecimento;
- Registro das avaliações e recuperação paralela de cada bimestre;
- Registro das intervenções realizadas como recuperação paralela e com quais estudantes elas foram aplicadas.

## 10. FORMAÇÃO

### 10.1. FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

A formação continuada para professores é um processo permanente de aprimoramento dos saberes necessários à atividade docente. Realizada após a formação inicial, ela tem o objetivo de apresentar ao profissional as concepções educacionais adotadas pela Rede Municipal e promover um diálogo sobre as práticas de ensino-aprendizagem.

Nessa direção, a formação continuada tem como compromisso promover a reflexão acerca do conhecimento socialmente constituído e historicamente determinado, a fim de fomentar o processo formativo para o alcance de sujeitos críticos e leitores analíticos das realidades sociais.

A formação continuada para professores deve pautar-se na figura do agente transformador que se reinventa e propõe a mudança daqueles com quem constroem as relações. A formação continuada para professores ofertada pela rede acontece em dois momentos a saber:

- a) Formação ofertada pela Semed bimestralmente;
- b) Formação no contexto escolar.

Nos próximos itens, veremos como a formação continuada acontece em cada um desses dois momentos mencionados acima.

### 10.2. FORMAÇÃO OFERTADA PELA SEMED

A formação continuada dos educadores pode acontecer de forma externa à escola, sob a responsabilidade da Equipe pedagógica da Semed de acordo com o cronograma que será disponibilizado.

É o momento em que os professores compartilham saberes com os professores do mesmo ano/série ou do mesmo componente curricular, lotados em escolas diferentes, fortalecendo a compreensão de que o desenvolvimento ocorre ao longo de várias dimensões, como, por exemplo, cognitiva, emocional, social e física, e de que o desenvolvimento dessas dimensões pode ocorrer para cada estudante em tempos diferentes e a partir de intervenções pedagógicas diversificadas.

As formações utilizam como eixo norteador a integração entre teoria e prática, a partir de metodologias ativas, bem como de ciclo de aprendizagens vivenciais, respondendo às necessidades do cotidiano escolar.

Posto isso, as formações continuadas incluem estudos e discussões, vivências sobre propostas pedagógicas inovadoras alinhadas às tecnologias digitais, diálogos sobre o desenvolvimento integral do aluno, envolvendo de forma integrada as competências socioemocionais e cognitivas, bem como





aprofundamentos nos materiais estruturados presentes na Rede.

A formação da Rede, corroborando com os documentos orientadores da educação e com o favorecimento do pleno desenvolvimento dos estudantes, segundo a BNCC - Formação Continuada (2020), desenvolve três dimensões substanciais na ação docente no que concerne à Educação Básica:

- a) Conhecimento profissional: conhecer os estudantes e como eles aprendem, conhecer o conteúdo e como ensiná-los;
- b) Prática profissional: planejar e implementar para tornar o ensino e a aprendizagem efetivos, criar e manter ambientes de aprendizagem solidários e seguros, avaliar, dar devolutivas e registrar a aprendizagem dos alunos;
- c) Engajamento profissional: engajar-se na aprendizagem profissional e engajar-se profissionalmente com pais, responsáveis e comunidade escolar. Isso requer do professor, sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global.

Sendo assim, a formação de professores necessita de uma totalidade que englobe, além das dimensões cognitivas relacionadas ao conteúdo, a formação pedagógica, metodológica, histórico-cultural e socioemocional. Desta forma, é necessário verificar, dentro desse contexto, que os pontos em comum entre as formações das áreas como, por exemplo, o duplo foco, as competências socioemocionais, os documentos norteadores e as tecnologias digitais educacionais possibilitam o alinhamento das formações da Rede com o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira, que promove o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

### 10.3. FORMAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

20

A formação continuada acontece na escola, ao longo do ano, mediada pelos coordenadores pedagógicos.

A formação de professores no contexto escolar possibilita a execução de uma política de formação docente que contemple a instituição educacional como espaço indispensável dessa formação e assegure a integração, unidade e articulação teoria/prática do processo formativo, nos diferentes componentes curriculares etapas/ modalidades de ensino, com as concepções pedagógicas em desenvolvimento.

À vista disso, a formação em contexto consolida os intercâmbios de experiências entre pares lotados na mesma unidade escolar e corrobora com a função do coordenador pedagógico como agente articulador, formador e transformador.

A Secretaria Municipal de Educação orienta a formação em contexto escolar para os professores e coordenadores com foco nas avaliações diagnósticas de Rede e/ ou nas avaliações internas e externas, possibilitando ao professor análise, reflexão e intervenção aprofundada do seu trabalho e dos processos de aprendizagem dos alunos, com vistas a transformar a prática docente. Para essa formação, o coordenador organiza sua rotina de modo a atender todos os professores da escola (Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, EJA e Educação Especial) em grupos, respeitando o ano/série, a disciplina, a etapa ou a modalidade nos momentos de Horário de Trabalho Pedagógico Individual (HTPI) e de Horário





de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

A seleção dos temas de formação deverá contemplar:

- A BNCC e as Habilidades Prioritárias;
- As necessidades identificadas tanto pelos educadores da escola, em suas especificidades ou do grupo, quanto pelas equipes gestoras;
- As dificuldades e defasagens de aprendizagens detectadas no âmbito escolar após a avaliação diagnóstica;
- O Projeto Pedagógico, visto que a escolha do projeto atende a um tema que a escola queira estudar.

A escola se organizará para a promoção do atendimento de demandas individuais, utilizando os momentos de HTPI e de HTPC dos professores. Orientamos que as horas de capacitação cumpridas na escola sejam aproveitadas para a realização de estudos, privilegiando as necessidades apontadas na formação da rede e as específicas de determinado ano, uma vez que esse grupo de professores estará reunido.

A formação no contexto da escola, além do exposto acima, objetiva fortalecer o ensino aprendizagem, promover reflexões sobre a importância da cultura de acompanhamento dos resultados individuais dos alunos, bem como o processo de aprendizagem destes, refletir acerca do planejamento, organização e gestão de sala de aula, vivenciar a ludicidade através de recursos manuais e/ou digitais na aprendizagem (jogos, vídeos, simulações, objetos de aprendizagem) e tornar a família parceira do processo de aprendizagem.

A SEMED enfatiza que outros momentos de formação em contexto devem existir na escola. Para que eles ocorram, o coordenador pedagógico pode solicitar ajuda dos professores na definição de temas ou, ainda, conhecendo as necessidades da escola e do professor, apresentar sugestões de discussão, assim, dependendo da temática que será tratada na formação em contexto, o público pode ser ampliado envolvendo também os servidores da escola de uma forma geral.

Os encontros podem ocorrer mediante reuniões, encontros pedagógicos, seminários, eventos internos, planejamento conjunto de aulas e atividades, acompanhamento de sala de aula, projetos interdisciplinares, entre outros. A formação em contexto não se trata de uma ação a mais para a escola executar, ela deve ser sempre compreendida como parte do processo de tomada de decisão sobre a forma de agir, no dia a dia da prática escolar. Ela é, sem dúvida, um espaço dialógico e democrático que necessita existir e ser valorizado por todos os sujeitos que fazem parte da escola.

#### 10.4. FORMAÇÃO CONTINUADA PARA COORDENADORES PEDAGÓGICOS

A formação continuada para o coordenador pedagógico é um espaço de desenvolvimento de estudos, discussões e troca de experiências, ao longo do ano, e se faz necessária pela própria natureza do saber humano como prática que se transforma constantemente, principalmente quando se refere ao comportamento e seus efeitos na aprendizagem.

Nesse sentido, a formação continuada para coordenadores pedagógicos visa contemplar ações que abordem conhecimentos sobre: a área pedagógica, o papel e a função do coordenador pedagógico,





o ensino-aprendizagem, as avaliações internas e externas (diagnóstico e análise de resultados), os materiais estruturados da Rede para que este profissional realize sua prática em consonância com os objetivos da escola e com as especificidades de cada área à luz do que orienta a Rede.

Para tanto, a formação de coordenadores pedagógicos propõe ciclos de aprendizagens por meio de estratégias interativas, envolvendo metodologias ativas, momentos de estudos, proposições, reflexões e ações, buscando soluções e possibilidades para o cotidiano escolar e elucidando seu papel e suas atribuições, como também fortalecendo estratégias de diferentes saberes dos profissionais que atuam na escola e contribuam para a aprendizagem e o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos.

As formações desses profissionais também se constituem em espaços de orientações para a realização da formação em contexto, que acontece nas escolas, conduzida junto aos professores das instituições às quais coordena. Devido à importância da formação deste profissional que orienta pedagogicamente toda a unidade escolar, há a necessidade de uma extensão maior de tempo da formação que as demais formações e um conteúdo que envolva tanto a gestão escolar como as orientações para as disciplinas.

## 11.HTPC E HTPI

A Hora Atividade, conforme Portaria SEDUC Nº 3.636/2019, que corresponde ao tempo cumprido pelo docente para estudo, planejamento, avaliação do trabalho didático, reuniões e outras atividades de caráter pedagógico, contemplando as atividades que constituem o Horário de Trabalho Pedagógico Individual (HTPI) e Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), dar-se-á para:

- I. Formação Continuada para os docentes;
- II. Reuniões de Conselho de Classe;
- III. Planejamento das atividades educacionais para os estudantes, em que devem constar as competências e habilidades e/ou objetos de conhecimento, as atividades a serem trabalhadas, o período de execução, as estratégias que visem o controle da devolução das referidas atividades, a avaliação e o replanejamento;
- IV. Encontros para devolutivas pedagógicas acerca do planejamento das atividades educacionais;
- V. Reuniões para atualização dos documentos institucionais e norteadores da escola, tais como: PPP, Plano de Ação, Plano de Formação Local, entre outros;
- VI. Momentos de estudo, pesquisa, planejamento e atualização do Diário de Classe.

22

## 12. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No desenvolvimento das atividades escolares, a avaliação da aprendizagem deve ser intencional, ter a sua função social e pedagógica clara para docentes e estudantes e estar alinhada ao currículo e objetivos de aprendizagem propostos no planejamento e explicitados no plano de aula do docente.

As avaliações permitem o diagnóstico das dificuldades e defasagens de cada estudante, potencializando o desenvolvimento de um trabalho de recuperação das aprendizagens, atendendo a meta de alfabetização de todos os estudantes, conforme prevê a BNCC.

A Secretaria Municipal de Educação – SEMED orienta que as Unidades Escolares desenvolvam





avaliações: **diagnóstica, formativa, somativa e de fluência** como base para o ensino e desenvolvimento da aprendizagem.

**Avaliação diagnóstica** qualifica o contexto, as características e o nível em que se encontra o estudante em qualquer momento do seu percurso, a fim de subsidiar algumas sequências de trabalho e estratégias de ação adaptadas às suas necessidades, pré-requisitos e interesses. Os resultados obtidos nos momentos de diagnóstico nortearão o desenvolvimento do ensino, nas diversas áreas componentes da proposta pedagógica da escola.

**Avaliação formativa** orienta e reorienta o processo de elaboração do conhecimento, exigindo de professores e de estudantes uma relação dialógica entre ensinar e aprender, sinalizando a ambos o nível de aprendizagem e perspectivas de avanço, com foco na aprendizagem e na construção da autonomia do estudante.

**Avaliação Somativa** fornece informações necessárias aos registros do desempenho do estudante ao longo da vida escolar, expressando o resultado da aprendizagem em momentos específicos, que podem ser compreendidos como: final de um ciclo, bimestre, semestre, etapa, ano escolar etc.

**Avaliação da fluência** visa verificar a capacidade do estudante de ler palavras, pseudopalavras e textos voltados à sua etapa escolar de forma fluida e no ritmo adequado.

As Unidades de Ensino deverão realizar bimestralmente acompanhamento da participação e desempenho dos alunos, por meio de Ficha de Acompanhamento do Aluno (FDA). O diretor deverá revisar as informações inseridas, validando o documento.

Semestralmente a SEMED Promoverá avaliações de acompanhamento.

### 13. BUSCA ATIVA

23

As Unidades de Ensino por meio da Equipe Gestora e Pedagógica deverão realizar os mecanismos de controle do abandono e evasão escolar, utilizando as seguintes estratégias:

- I. Realizar acompanhamento da frequência escolar diariamente e preencher instrumento de acompanhamento mensal;
- II. Mapear as causas do abandono e evasão escolar;
- III. Promover a Busca Ativa Escolar de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- IV. Realizar ações de prevenção ao abandono e à evasão escolar por meio do dia D da Busca Ativa Escolar;
- V. As Unidades de Ensino deverão encaminhar a SEMED um relatório Bimestral da síntese do trabalho de Combate ao Abandono e Evasão Escolar realizado por meio da Busca Ativa Escolar.

### 14. PROGRAMAS E PROJETOS

#### 14.1. PROGRAMAS:

- **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada** – tem o objetivo de apoiar, aperfeiçoar e valorizar a formação de professores e gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º anos do ensino fundamental, além do acompanhamento da aprendizagem dos alunos por meio dos





resultados das avaliações na plataforma.

- **Professor Alfabetizador** – o objetivo é fortalecer e alicerçar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental.
- **Educação e Família** – o objetivo é promover o engajamento das famílias na vida escolar dos filhos por meio de uma interação mais permanente com as escolas.
- **Programa Saúde na Escola (PSE)**- contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que compromete o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino
- **Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)** - É promovida anualmente pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC), com realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Podem participar estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

24

#### 14.2. PROJETOS:

- **Feira de Ciências (alunos do 6º ao 9º ano)** – é uma oportunidade para os alunos divulgarem o conhecimento adquirido em sala de aula, além de desenvolver nos estudantes uma capacidade multidisciplinar, já que o evento costuma abordar diversos temas.
- **Chá literário** - um momento prazeroso de leitura, debate, aprendizagem em pares e difusão da arte e da cultura, despertando o interesse e a curiosidade dos alunos.
- **Sarau** – Importante na prática **escolar**, o **sarau** é um evento cultural marcado pelo encontro de ações artísticas diversificadas, que promove momentos prazerosos de leitura e muita aprendizagem. O aprendizado envolve os participantes de forma cooperativa.
- **Concurso de Produção de texto (5º ao 9º ano e EJA)** – Desenvolver a escrita e oralidade; Desenvolver o espírito crítico; Ampliar o Vocabulário; Promover uma interação com **textos** verbais e não verbais.
- **Projeto de Leitura** - é uma metodologia ativa de ensino que provoca a capacidade de análise de texto, compreensão, interpretação e intervenção.
- **Agosto verde** – tem o objetivo de sensibilizar, conscientizar e informar a comunidade acerca do que é realmente a inclusão e como lidar com as pessoas com deficiência.
- **Setembro amarelo** – AÇÕES DE prevenção ao suicídio e a violência autoprovocada ou automutilação.
- **Jogos internos** – promover por meio da prática esportiva, a integração entre os alunos ampliando as oportunidades de socialização e aquisição de hábitos saudáveis.
- **Reforço escolar** – projeto de intervenção com o objetivo de resgatar a aprendizagem dos estudantes.
- **Família na Escola** – o objetivo é alinhar a rotina, acompanhar o desenvolvimento da criança e ajudá-la melhor. ... A aproximação dos responsáveis e da **escola** possibilita o aumento na





qualidade das ações com as crianças, bem como, fortalece o vínculo e o respeito mútuo, tornando parceiros os responsáveis por esta educação.

- **O Resgate - História da Comunidade** - Oportunizar aos alunos e comunidade conhecer sua história e seus direitos como cidadãos valorizando a história dos pioneiros.

## 15. PLANO DE AÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO

É apropriado que o Plano de Ação envolva toda equipe escolar, que tenha definição clara das ações (macro e micro) correspondendo as necessidades e elencando as prioridades, definindo os responsáveis por cada uma das ações de forma equânime, para não sobrecarregar ninguém respeitando o acompanhamento e os prazos estabelecidos.

Os desafios são muitos, o que implica unir esforços em um trabalho coletivo e colaborativo, de olhar cuidadoso, de escuta atenta e de reflexão sobre a própria prática, aprendendo com o outro, de modo que o trabalho se torne mais efetivo, de pensar nas possibilidades de atuação em 2022 e de muitas trocas e aprendizagens.

Nesse contexto, é importante refletir, entre outras questões, sobre as estratégias para busca ativa, para engajamento e atendimento de todos os estudantes.

Também deve-se considerar que, no ano letivo que se inicia, a escola continuará organizando iniciativas e buscando soluções e ferramentas para a nova realidade. Nesse sentido, as metodologias ativas têm muito espaço para a consolidação da aprendizagem nas atividades presenciais.

As dúvidas que surgirem, a equipe pedagógica da Semed estará à disposição.

**BOM TRABALHO!**





## AGENDA - 2025

### 1. Formações Continuadas:

- **Mensalmente** – Professores do Fundamental I (2º e 9º anos);
- **Bimestralmente** – Professores do Fundamental I (1º, 3º, 4º, 6º, 7º e 8º anos).

### 2. Avaliações:

- **Avaliação Diagnóstica nas escolas** – março (em todas as turmas);
- **Avaliação de Fluência:**  
**Avaliação de Fluência:** Entrada (abril), saída (outubro) – Plataforma Caed.  
**Avaliação de Fluência:** de percurso (agosto) – CNCA

### 3.

**Observação:** A participação do coordenador nas formações é crucial para a melhoria da qualidade do ensino, atualização profissional, desenvolvimento de habilidades de gestão e articulação com a equipe docente. O coordenador, ao participar das formações, amplia seus conhecimentos sobre novas metodologias, tecnologias e abordagens pedagógicas, o que contribui para a inovação e o aprimoramento das práticas de ensino na escola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BRASIL.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília: 1990.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CNE/CEB nº 11/2000, homologação publicada no D.O.U. de 09/06/2000, Seção 1e, p. 15. Resolução CNE/CEB nº 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18. \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Educação de jovens e adultos: Ensino Fundamental: Proposta Curricular - 1º Segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília: 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indagações sobre Currículo. Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo. Brasília: MEC/SEB, 2007a.

\_\_\_\_\_. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007b.





\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 07 de 14 de dezembro de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: 2010a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC/ SEESP, 2010b. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA 47.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal nº 7.611. Dispõe sobre educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília: 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Nota técnica Nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE. 2015. Disponível em: . Acesso em: 06 Jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Nota técnica Nº 36/2016/DPEE/MEC/SECADI. 2016. Disponível em: . Acesso em: 06 Jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC. 2018. Disponível em: . Acesso em: 17 nov. 2020. CAED. Universidade de Juiz de Fora. Avaliação Diagnóstica. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2021. CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Fortaleza: SEDUC, 2019. 1000p.

